



Sessão temática: Política Social e Serviço Social.
Mesa coordenada Território e proteção social básica nas cidades.

ÍNDICE TERRITORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA CARTOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA NAS CIDADES

FREDERICO ROMAN RAMOS¹
ANTÔNIO MIGUEL VIEIRA MONTEIRO²

Resumo: Neste texto concentramos os aspectos metodológicos ligados a construção do ITPS - Índice Territorial de Proteção Social da Família, uma métrica de proteção social, e sua expressão nos territórios da cidade de São Paulo. O ITPS expressa intensidades da combinação entre as condições individuais de uma família e seus membros, envolvendo as condições do lugar onde vive. A cartografia derivada do ITPS reintroduz o território na construção e análise da proteção social. Cria um *regime de visibilidade* para as relações entre o lugar das famílias e as famílias no lugar em diálogo com os demais lugares contidos nos territórios da cidade.

Palavras-chave: Novas Cartografias Urbanas; Métricas Territoriais de Proteção Social.

Abstract: In this text we focus the methodological aspects related to the construction of the ITPS - Territorial Index of Social Protection of the Families, a metric of social protection, and its expression in the territories of the city of São Paulo. The ITPS expresses intensities of the combination of the individual conditions of a family and its members, involving the conditions of the place where they live. The cartography derived from the ITPS reintroduces the territory in the construction and analysis of social protection. It creates a visibility regime for the relations between the place of the families and the families in the place in dialogue with all the other places in the territories of the city.

Keywords: New Urban Cartographies; Territorial Social Protection Metrics.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz a proposta do Índice Territorial de Proteção Social da Família (ITPS), métrica territorial que classifica os 18.330 setores censitários³ da cidade de São Paulo segundo as condições de proteção social ofertadas às famílias. Essa classificação é feita por meio de um conjunto de variáveis selecionadas segundo critérios estatísticos, mostrando a relação entre os recursos próprios e

¹ Professor com formação outras áreas. Fundação Getúlio Vargas. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Professor com formação outras áreas. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

³ O setor censitário é a menor unidade territorial da pesquisa do Censo Demográfico e corresponde a um conjunto de quadras, a uma quadra, a faces de quadra, a um conjunto de prédios ou mesmo a um prédio, a depender da sua densidade demográfica.

as condições de infraestrutura urbana e serviços sociais públicos com que contam as famílias de cada setor censitário.

A métrica do ITPS pretende expressar, em graus de intensidade, a combinação entre as condições individuais de uma família e seus membros, envolvendo as condições do lugar onde vive e os recursos com que conta. A proposta parte da concepção de que a proteção social das famílias não depende somente da renda das mesmas, o que seria reduzir a concepção de proteção social à capacidade de consumo de determinadas mercadorias, o que tornaria a medição da renda per capita suficiente para indicar em relação à a proteção social.

O processo de construção do Índice Territorial de Proteção Social de Famílias – ITPS, segue a tradição da elaboração de indicadores sociais em escalas intramunicipais inauguradas pelo Mapa da Exclusão e Inclusão Social – MEIS (Sposati et al., 1996, 2000) e do Mapa da Vulnerabilidade Social – MVS (CEM/SAS, 2004). No caso, o ITPS apresenta-se na escala do Índice de Vulnerabilidade Social produzido pela SEADE (SEADE,2013), que diferentemente do MEIS (que tem como referência espacial os distritos do município de São Paulo), sua escala de análise são os setores censitários, ou seja, uma escala que atende ao detalhe de conjunto de quadras, a quadras, a face de quadras (uma rua), chegando à detalhe de prédios, ou à frações de prédios. Assim, o IPTS trata do universo dos setores censitários do município de São Paulo que, como os demais indicadores (MEIS e MVS), pode ser reproduzido para qualquer município do país.

Apesar da referência ao conceito de unidade familiar aplicada no ITPS, é importante ressaltar que os dados censitários utilizados na construção da medida têm como unidade básica de coleta a unidade domiciliar que apesar de apresentar sobreposições, difere em essência do conceito de família. Para o IBGE, domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais dessa definição são os de separação e independência. Por este motivo, unidade básica utilizada no ITPS baseia-se exclusivamente nos domicílios particulares caracterizados pelo relacionamento entre seus ocupantes

ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. O conceito de domicílio particular é, desta forma, mais amplo que o conceito de família, ainda assim, sua aplicação como unidade de observação de situações de permite a melhor aproximação a unidade familiar de referência. Ademais, certos conjuntos de dados referem-se às características do responsável pelo domicílio que acaba por determinar uma unidade referencial na comparação entre domicílios independente da estrutura “familiar” que prevalece entre diferentes domicílios.

O ITPS é desenvolvido em escala de setor censitário, isto é, em agregados de cerca de 300 famílias, ou 1.500 habitantes. Trata-se, portanto, de uma métrica de elevada granularidade espacial que auxilia, sobretudo, o desenvolvimento de políticas, programas e serviços no campo social. Entende-se, por esse “auxílio”, a ampliação da distributividade de atenções em relação à intensidade da demanda de proteção social.

Distributividade esta que não considere apenas cada membro de uma família, independentemente do seu ciclo vital, como um usuário isolado de um serviço ou programa. Apesar da peculiaridade de cada membro da família demandar especificidade de atenção, não se pode pôr de lado a relação de pertencimento do conjunto de membros a um núcleo familiar provedor de outras necessidades, que são parte da proteção social para além da reprodução social de sobrevivência. Destacam-se, neste conjunto, os vínculos sociais e afetivos como parte da afetividade, sociabilidade e solidariedade humana em sociedade.

Por consequência dessa concepção, a metodologia construída adotou o caminho da composição de fatores para construir uma métrica que fosse além das condições individuais de cada família, ainda que, sem dúvida, isto seja um dos fatores a compor a análise. Para tanto, considerou quatro campos no exame da proteção social de famílias, já identificados por meio de outros estudos mais conceituais:

1. demanda de atenções face ao ciclo vital dos membros da família e a presença de limites de provedores;
2. condições da segurança do domicílio em que vive a família;

3. infraestrutura urbana instalada no setor censitário em que vive a família. Este foi um novo dado ofertado pelo IBGE como característica do entorno do setor censitário.
4. oferta de serviços sociais públicos básicos – creche, escola infantil, escola de ensino fundamental, unidade básica de saúde – no setor censitário ou nos setores avizinhos.

1. CONCEPÇÕES QUE FUNDAMENTAM A MÉTRICA

Para a construção da métrica do ITPS, considerou-se a razão de dependência como uma condição universal, aplicando-a do mesmo modo como é calculada pelo Censo IBGE. Razão de dependência é um indicador simples, que consiste na razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente em um setor censitário, no ano considerado.

Esse indicador mede a participação relativa da capacidade da população potencialmente produtiva de suportar o contingente populacional inativo, economicamente dependente, ou seja, as crianças e os idosos. Em outros termos, essa capacidade seria uma forma de quantificar a população potencialmente ativa e, portanto, a necessidade de geração de trabalho e renda que permita à mesma suprir a parcela inativa. Números elevados indicam que a população potencialmente ativa deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que pode gerar consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Do ponto de vista da proteção social, a razão de dependência é um indicador que permite ponderar a incidência maior ou menor sobre os provedores de proteção social dos membros de um dado agregado de pessoas – vivendo em um mesmo domicílio – considerado como um núcleo familiar, independentemente do tipo de composição que esta família apresente. Da mesma forma, para além dos vínculos afetivos e geracionais que os membros desse núcleo possam ter entre si – relações mais ou menos solidárias e, por isso, mais ou menos protetivas enquanto apoio mútuo – o que se examina é a condição de dependência de cada membro, em razão do momento do seu ciclo vital e do potencial que esse momento de vida indique de possibilidade ou não de automanutenção.

Como se lê na descrição do IBGE, o cálculo da razão de dependência está fortemente vinculado à idade em que se aceita o trabalho formal, ou seja, à idade legal em que o indivíduo pode se vincular a um emprego que produza salário com o qual ele ganha poder de compra na sociedade de mercado. Como se pode observar, essa leitura contém uma potenciação da renda como fator de proteção social.

A aplicação da razão de dependência permitiu, porém, que a unidade que vive em um domicílio, que aqui se passa a denominar de “família”, fosse tomada como produtora do primeiro conjunto de variáveis como determinação para a proteção social.

Ao se considerar a razão de dependência como o núcleo duro da construção da métrica vulnerabilidade/segurança de proteção social da família, parte-se da valorização do ciclo vital como demarcação da composição do núcleo familiar. Sob essa lógica, supera-se o exame da renda per capita como ponto de partida para análise, o que traz um ganho, se não de natureza financeira, de natureza humana, sobretudo ao se considerar o direito da criança à proteção integral.

Entre os mais de 18 mil setores censitários da cidade de São Paulo, a média da razão de dependência das famílias não apresentou grande variância, uma vez que se manifestou no intervalo de 0,34 a 0,49. Ou seja, os provedores de uma família guardam a razão de 3 a 5 dependentes quando considerado o momento do ciclo de vida dos membros da mesma.

Para se dar atenção especial a crianças de 0 a 6 anos, segmento etário mais dependente, o ciclo entre a primeira infância e a adolescência, entendeu-se adequado destacar, na razão de dependência, a incidência de crianças de 0 a 6 anos na composição média das famílias dos mais de 18 mil setores censitários.

Em caráter complementar, destacou-se a presença de possíveis limites ao provedor quando analfabeto com renda limitada.

O segundo bloco de variáveis concentrou-se nas características do domicílio das famílias, a partir dos dados coletados pelo Censo do IBGE, quais sejam: a incidência, em números absolutos e relativos, de domicílios subnormais em cada

um dos setores censitários, a média de domicílios ligados à rede de esgoto e o percentual médio de áreas consideradas sujeitas a risco⁴.

O terceiro conjunto de variáveis contrapostas à razão de dependência é relativo à qualidade média da infraestrutura do entorno de um setor censitário. Aqui, a presença, ou ausência, de serviços de infraestrutura urbana ganhou destaque, desde a nomeação da rua onde vive a família. A regularização do endereço é possibilidade de chegada, dentre outros, de serviços de correio, que permite a localização do cidadão na cidade e para amigos e parentes.

O quarto conjunto de variáveis faz referência ao estudo das distâncias entre os domicílios e os serviços públicos e foi desenvolvido especialmente para esta métrica.

2. SELEÇÃO DE VARIÁVEIS: ESTUDOS DESCRITIVOS

O desenvolvimento da etapa de identificação e seleção de variáveis a compor o ITPS partiu de um pressuposto que, ao nosso ver, deve ser considerado quando da replicação desta iniciativa em qualquer outro contexto urbano. A diversidade de situações urbanas no país, seja em termos dos de diferentes portes populacionais, importância hierárquica na rede de cidades ou inserção regional, dificulta a determinação de denominador comum único capaz de representar as situações efetivas de vulnerabilidade/proteção social em todas as cidades de forma inequívoca. Ainda que essa constatação implique limitações em termos comparativos, a consideração desta diversidade na construção de métricas intraurbanas dá um ganho efetivo na discriminação de efeitos locais que merecem ser considerados quando do estabelecimento de processos de priorização de ações e programas. Risco maior existe quando as diretrizes das políticas públicas são concebidas de forma centralizada, como hoje é o caso das políticas no campo da assistência social.

No âmbito deste trabalho, ainda que apresentemos uma construção concreta para a cidade de São Paulo, reconhecemos que é necessário, para cada nova cidade, a possibilidade de composição da métrica com cestas de variáveis customizadas

⁴ Os dados relativos à Áreas de Risco são provenientes de um trabalho realizado em 2010 pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP sob encomenda da Prefeitura de São Paulo. As áreas mapeadas foram sobrepostas às malhas de setores censitários e para cada setor foi calculado a porcentagem de sua área com incidência de risco geotécnico.

a cada situação. Entretanto, isto não quer dizer que o arcabouço conceitual e metodológico seja rompido. Na realidade, ele está definido a partir do conjunto de campos informacionais a serem considerados, como já estabelecido nas diretrizes conceituais da metodologia.

No exemplo desenvolvido aqui, partimos de um conjunto amplo de variáveis disponíveis no censo demográfico e em outras fontes de dados sobre as quais foram aplicados procedimentos de análise estatística exploratória, na perspectiva de compreensão da capacidade de diferenciação dos diferentes setores censitários que compõem a cidade. Cada uma destas variáveis foi analisada em função de suas definições e serviu para consolidar um conjunto indicativo de informações necessárias à representação quantitativa dos níveis de proteção social em cada parcela do território.

A partir da identificação deste conjunto de variáveis, cada uma delas passou, então, a ser avaliada por meio da análise de suas distribuições (histogramas e estatísticas descritivas), com o objetivo de acessar a capacidade de diferenciação que cada uma delas apresentava em relação à realidade socioterritorial da cidade. Por meio da análise de seus histogramas, foram selecionadas as variáveis que apresentavam distribuições capazes de estabelecer tais diferenciações. Além dessa análise univariada, foram executados procedimentos analíticos multivariados com o objetivo de acessar a estrutura de correlação existente no conjunto de variáveis considerado.

Dentro do campo das demandas e possibilidades de proteção das famílias, incluímos as dimensões de autonomia, segurança de trabalho e renda, desenvolvimento educacional e segurança habitacional. A partir destas análises estatísticas básicas, mostramos o comportamento multivariado dos dados que serão utilizados para a composição do índice de vulnerabilidade social. Após a avaliação estatística das variáveis, selecionou-se um conjunto reduzido delas para compor a métrica final. Estas variáveis selecionadas foram agrupadas em quatro dimensões que são aqui apresentadas:

1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E FAMÍLIA

Razão de dependência

Renda domiciliar per capita

Percentual de chefes não alfabetizados

Percentual de crianças até 6 anos
Percentual de jovens de 15 a 21 anos
2.DOMICÍLIO
Total de domicílios em setores subnormais
Percentual de domicílios ligados à rede de esgoto
3.ENTORNO, RISCO E INFRAESTRUTURA URBANA
Percentual da área do setor censitário em risco geotécnico
Percentual de domicílios em logradouros sem identificação
Percentual de domicílios em logradouros com esgoto a céu aberto
Percentual de domicílios em logradouros sem calçada
Percentual de domicílios em logradouros com lixo acumulado
Percentual de domicílios em logradouros sem iluminação
4.EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
Distância média do centro do setor censitário a equipamentos de saúde e educação básicos

O indicador de distância dos serviços de educação e saúde foi construído a partir da medida entre a localização dos equipamentos de assistência social, educação e saúde e o centro geográfico dos setores censitários, já que estes representam o local de residência das famílias. Essa medida de distância constitui uma estimativa da distância média que as pessoas percorrem entre sua residência e o equipamento mais próximo, a partir de uma medida euclidiana, isto é, uma linha reta que não incorpora o relevo ou o traçado de ruas ou seus acidentes. (Figura 1).

Para a elaboração da análise destas distâncias foram estabelecidos os seguintes passos: Mapeamento dos equipamentos de educação municipais e estaduais, de saúde dos serviços de atenção básica de assistência (SMADS). Medição das distâncias entre o equipamento mais próximo ao centro geográfico dos setores censitários de 2010 e cada equipamento. Para o exame das distâncias encontradas, foram construídos histogramas das distribuições destas distâncias de cada um conjunto dos equipamentos desses serviços.

3. DEFININDO OITO NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Sobre este conjunto de variáveis, aplicou-se um procedimento de análise multivariada, para inferir a quantidade de grupos que poderiam ser estabelecidos na caracterização dos níveis de proteção social entre os setores censitários. Este procedimento compreendeu a elaboração de dendrogramas calculados a partir

das medidas de dissimilaridade encontradas no espaço n-dimensional, definido a partir das variáveis.

Sinteticamente foram seis os passos que compuseram a metodologia da análise das variáveis para a construção do IPTS:

1. Avaliação da distribuição de cada variável – estatísticas descritivas e histogramas – escolhidas do censo demográfico em micro-dados e análise do entorno dos setores censitários;
2. Avaliação da estrutura de correlação de cada campo temático (dimensões);
3. Construção de dendogramas para verificação do número “natural” de grupos no conjunto n-dimensional de variáveis;
4. Aplicação de método de agrupamento (K medianas) para classificação de cada grupo;
5. Avaliação de gráficos de distribuição das variáveis por grupo (boxplots) para a identificação dos grupos em função da incidência das variáveis;
6. Espacialização dos resultados (mapas temáticos)

A avaliação dos dendogramas apontou para a existência de agrupamentos de entre 7 e 10 conjuntos de setores censitários, com características específicas no que se refere à similaridade entre as variáveis. Partiu-se, então, para a definição de um conjunto inicial de 10 grupos definidos a partir do critério de K-medianas⁵. A seguir, foram produzidos boxplots sobre o comportamento de cada variável, em cada um dos 10 grupos, a partir das médias encontradas para cada um deles, e construída planilha síntese dos resultados. O exame comparativo das incidências dos grupos permitiu construir um diferencial para 8 grupos dos 18 mil setores censitários, que são a seguir apresentados:

Grupo 1 – Registra, comparativamente, baixa razão de dependência; ocupa 1346 setores censitários da cidade, com quase 600 mil habitantes em quase 234 mil domicílios; tem a mais baixa presença de crianças e jovens em suas famílias, a mais alta renda e a segunda menor taxa de provedores analfabetos. Não tem incidência de domicílios subnormais em seus setores censitários e apresenta o menor perigo de riscos geotécnicos. Tem a mais alta incidência de distância de serviços sociais públicos, possivelmente justificada pelo não uso pelos moradores, ao preferirem o acesso a serviços privados de educação e saúde.

⁵ Foi utilizada a medida da mediana em função da presença de um significativo número de setores classificados como outliers nas análises univariadas realizadas nas etapas anteriores.

Grupo 2 – É a menor razão de dependência localizada; tem a segunda maior incidência de setores censitários, ou 3650 deles, com a segunda maior concentração de habitantes, ou 1.867.322, em 691.415 domicílios; representa a maior concentração dos setores e dos domicílios da cidade. A renda dos provedores é quase a metade da renda daqueles que estão no grupo 1, mas o grupo possui, na média das famílias, percentual similar de crianças e jovens encontrados no grupo 1 e menores taxas de analfabetismo de provedores. Tem a menor incidência de domicílios subnormais, o que significa menor homogeneidade de ocupação habitacional do que no grupo 1; apresenta de perigo de risco, ainda que baixo, para domicílios.

Grupo 3 – Tem características de volume populacional similares ao grupo dois. Todavia, com menos setores censitários e menos domicílios. É possível que aqui se tenha maior densidade de ocupação, demonstrada, inclusive, pela razão de dependência bem maior que nos dois grupos anteriores, dado o aumento percentual de crianças e jovens nas famílias e renda média que equivale a 50% daquela do grupo 2. Apresenta maior percentual de domicílios em áreas onde há perigo de risco geotécnico, maiores taxas de logradouros sem iluminação e sem identificação, embora tenha menor incidência de domicílios subnormais. À exceção da distância de creches e de AMAs, o que se percebe é a maior aproximação de serviços sociais públicos.

Grupo 4 – Concentra o maior volume de população, de setores censitários e de domicílios face a todos os demais grupos. Aqui estão mais de 3,3 milhões de habitantes, em mais de 1 milhão de domicílios, em 4.973 setores censitários, que, embora com razão de dependência um pouco menor que a do grupo 3, tem maior percentual de crianças e jovens na composição familiar. A renda média cai para 7390 reais (em 2010). Crescem nos setores censitários ocupados por este grupo a presença de domicílios subnormais, o perigo de domicílios a serem acometidos por situações de risco, a ausência de nominação de logradouros e, sobretudo, pontos de acúmulo de lixo nas ruas. Este grupo revela a maior oferta de serviços sociais públicos, já que registra as menores distâncias para que os moradores alcancem tais serviços. Seguramente, devem ser setores que, na história da cidade, foram assentamentos de operários com algum grau de especialização.

Grupo 5 – Os grupos 5, 6 e 7 têm muita proximidade quanto a taxas mais elevadas de razão de dependência, a níveis crescentes de presença de crianças e jovens entre os membros da família e à renda do provedor. O grupo 5 é aquele que possui, dentre os três, a maior concentração populacional: 1,7 milhão de habitantes, em quase 500 mil domicílios e 2527 setores censitários. O que também o diferencia é a intensidade da precarização das condições do entorno, da infraestrutura e o decréscimo de domicílios e população em que incide. O grupo 5 revela a segunda maior taxa de precarização dos dados do entorno. Logradouros sem nomeação, lixo na rua, presença de esgoto a céu aberto nas ruas, presença de lixo acumulado nas ruas e ausência de calçadas. Pela densidade que registra em habitantes e domicílios, é bem possível que os habitantes do grupo 5 vivam em conjuntos habitacionais verticalizados.

Grupo 6 – Este grupo, mais que os outros dois que o seguem, tem bem menor incidência de população, domicílios e setores censitários, ao lado de crescente precarização. Ele registra o menor número de setores censitários (704) dos 8 grupos, com 143 mil domicílios e quase 506 mil habitantes. O provedor tem renda mensal média de R\$ 428 e índice de analfabetismo de cerca de 9%, o segundo mais alto de todos os grupos. São aproximadamente, e em média, cerca de 700 habitantes, em pouco mais de 200 domicílios por setor. Para se ter uma referência de comparação, o grupo 5 registra, em média, 673 domicílios por setor censitário para uma população em volume similar. A presença de moradia em favelas, isto é, com baixa segurança domiciliar, deve ser uma marca deste grupo, que possui a maior incidência de domicílios subnormais (quase 80%) e a maior incidência dos 8 grupos (11%) de domicílios convivendo mais intensamente com perigo de risco geotécnico. Neste grupo estão as maiores taxas de presença de esgoto a céu aberto e lixo em monturos. As distâncias dos serviços sociais públicos são um pouco maiores do que no grupo 5.

Grupo 7 – Este grupo revela maior precarização do que o anterior, e, perversamente, maior extensão, já que são 1332 os setores censitários que abrange, nos quais a distribuição dos 907.449 habitantes em 254.209 domicílios apresenta média inferior àquelas dos dois anteriores. São 190 domicílios em média, com cerca de 680 habitantes por setor. O grupo 5 tem 673 domicílios para cerca de 700 habitantes por setor. O grupo 6 registra a média de 200 domicílios

para 700 habitantes por setor. Neste grupo 7, a renda média do provedor é de R\$ 413. Tem a segunda mais alta razão de dependência, e altos percentuais de crianças e jovens na composição familiar. O que o distingue são o reduzido índice de domicílios ligados à rede geral de esgoto (68%) e o nível alto de domicílios subnormais (35%), com incidência média de 8% de analfabetos. Este grupo tem a pior situação de infraestrutura urbana ofertada pela cidade: 48% das ruas não tem identificação, 57% não têm calçada, 20% não têm iluminação, 10% têm esgoto a céu aberto e 12% têm lixo acumulado. Aumentam as distâncias dos serviços sociais, com preponderância de maior distância para creches e AMAs.

Grupo 8 – Este é o grupo com maior vulnerabilidade de segurança de proteção social de suas famílias. São 115 mil domicílios ou famílias, num total de 422 mil pessoas em 750 setores censitários, com a maior razão de dependência localizada na cidade e as maiores taxas de presença de crianças e jovens na composição familiar. Apresenta a maior taxa de analfabetismo do provedor, de 11%, e a menor renda mensal média, de R\$ 353. Registra 75% dos domicílios como subnormais. Somente 14 % dos domicílios estão ligados à rede de esgoto e 11% registram perigo de riscos geotécnicos. É importante ressaltar que as demais variáveis relacionadas à infraestrutura urbana do entorno registram índices bem menores do que os grupos 3, 4, 5 e 7. Este grupo também registra as maiores distâncias dos serviços sociais públicos.

O Quadro 1 permite uma leitura das médias das variáveis segundo grupos de ITPS.

Quadro 1 – Grupos de vulnerabilidade, segundo a média de suas variáveis

Grupo de vulnerabilidade	1	2	3	4	5	6	7	8
Total de setores	1346	3650	3041	4983	2527	704	1332	750
Total de domicílios	233.8 19	691.41 5	607.26 8	1.030.3 31	498.12 2	143.3 64	254.1 09	115.8 58
Total de população	592.7 41	1.867.3 22	1.872.2 53	3.335.1 52	1.742.5 53	505.9 85	907.4 49	421.9 93

Razão de dependência média	0,37	0,34	0,41	0,39	0,43	0,46	0,46	0,49
Média de crianças até 6 anos	5,14	5,16	5,78	7,82	9,32	10,16	10,21	10,69
Média jovens 15a 21 anos	7,16	7,89	9,34	10,96	13,25	13,59	13,48	13,73
Renda domiciliar per capita média	4113,07	2334,58	1016,54	730,02	451,67	428,78	416,33	353,49
Media de percentual de responsáveis não alfabetizados	0,95	0,68	1,91	3,23	7,10	9,07	8,31	11,24
Total de domicílios subnormais	0	1462	668	8055	55901	113896	88619	87320
Percentual de domicílios subnormais	0,00	0,21	0,11	0,78	11,22	79,45	34,87	75,37

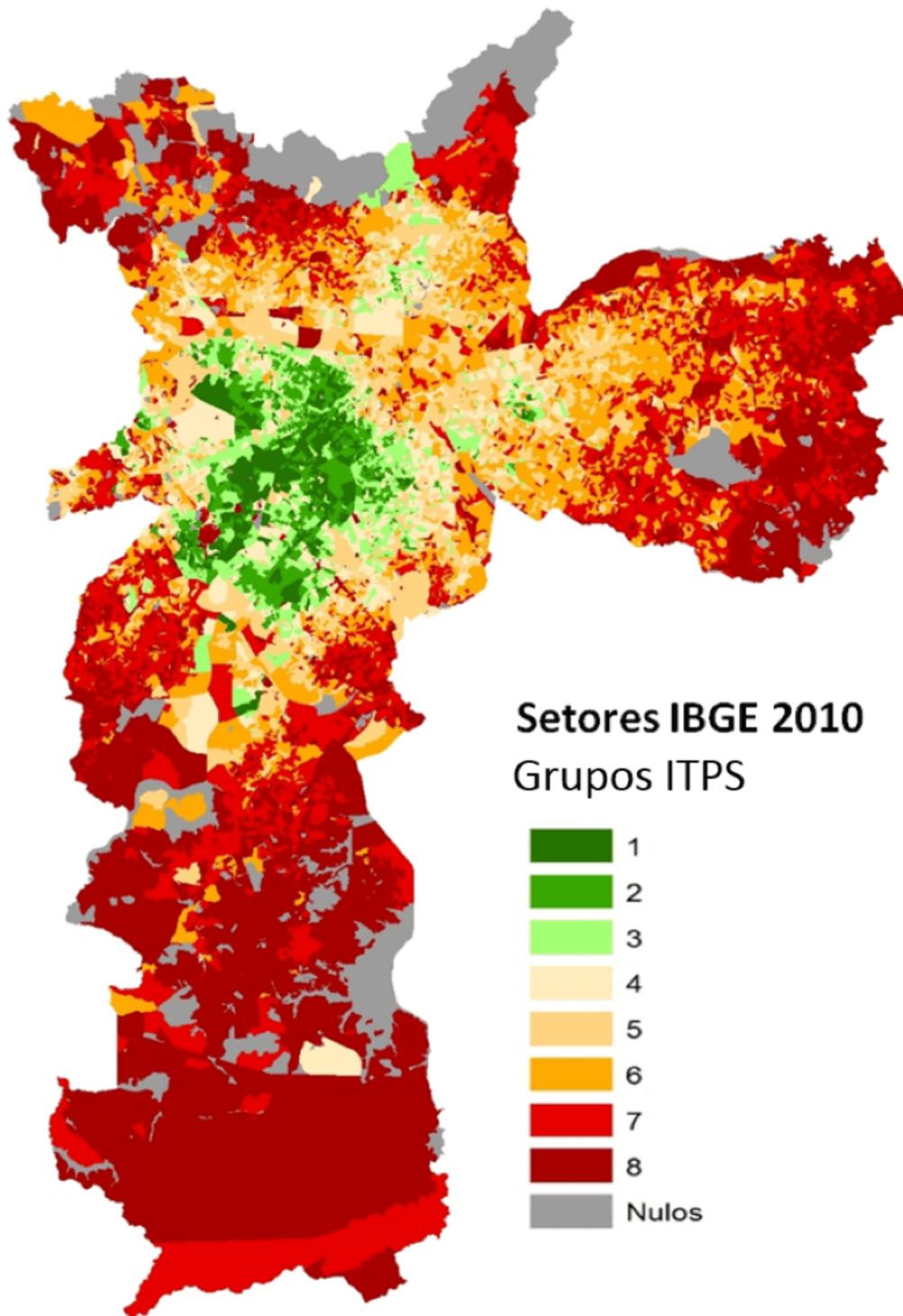
Media de dom ligados a rede esgoto	91,14	95,15	97,75	96,19	92,23	93,55	67,81	14,30
Media do percentual de área em risco geotécnico	0,04	0,19	0,27	1,32	3,16	11,05	7,45	10,93
Media de domicílios em logradouros sem identificação	1,25	1,64	3,27	3,82	5,98	0,22	48,13	2,11
Media de domicílios em logradouro com esgoto a céu aberto	0,81	1,55	2,12	2,34	4,21	0,71	10,14	1,11
Media de domicílios em logradouro sem calçada	1,35	0,57	1,83	2,45	4,34	0,32	56,76	3,14
Media de domicílios em	0,65	1,56	2,61	4,38	6,25	0,64	12,44	2,75

logradouro com lixo acumulado								
Média de domicílios em logradouro sem iluminação	1,10	0,42	0,46	0,62	1,78	0,11	20,07	1,28
Média da distância à creche	3,65	1,71	1,09	0,66	0,74	0,98	1,06	1,20
Média da distância à EMEI	1,34	0,76	0,64	0,48	0,53	0,57	0,73	0,96
Média da distância à EEF	0,85	0,44	0,33	0,27	0,30	0,35	0,40	0,50
Média da distância à UBS	1,30	0,93	0,64	0,45	0,54	0,52	0,63	0,72
Média da distância à AMA	3,51	1,70	1,14	0,90	1,15	1,20	1,41	1,66

Fonte: elaboração própria

Uma vez definidos e caracterizados, os grupos então foram espacializados. A análise do mapa temático apresentado na Figura 3, abaixo, permite avaliar a distribuição dos setores censitários classificados em cada um dos oito grupos definidos.

Figura 3 – Cartograma com resultados do ITPS



Fonte: elaboração própria

CONCLUSÃO

Considerando o contexto temático e a composição desta Mesa procuramos concentrar neste texto os aspectos metodológicos ligados a construção de uma medida de proteção social à família e sua expressão nos territórios da cidade. Mas

algumas considerações relativas a mobilização de uma estratégia representacional no contexto da discussão da proteção social de famílias e de suas políticas nos parecem também necessárias. Toda cartografia estabelece uma redução. É o papel do cartógrafo, que reposiciona a cartografia. Mas nesta tarefa, somos todos cartógrafos. Como afirma Suely Rolnik (1989), “O cartógrafo é antes de tudo um antropólogo.” O ITPS proposto como uma cartografia, uma expressão territorializada da *proteção social de famílias* deve nos servir como mais um elemento auxiliar à reflexão sobre os processos que a produzem. Uma cartografia urbana que, antes de tudo, se orienta à construção do que vamos chamar de *regimes de visibilidade*, emprestando o termo à Vera Telles (2014, p.50), ainda que fazendo uso do conceito com certa liberdade. O modo como hoje a definição das *políticas sociais* incorporam o território ainda é fortemente apoiado no território legal, o território formal, em geral aqueles territórios presentes nos sistemas de informação, o território visível. Portanto, os outros territórios, que são justamente os territórios nômades, territórios da informalidade, os territórios dos interstícios das cidades, territórios não presentes nos sistemas de informação onde, em geral, vivem aqueles que precisam acessar as *políticas sociais*, estão em regimes de invisibilidade.

O urbano se manifesta nos pedaços da cidade de uma cidade em pedaços (SPOSATI, 2001). É nas cidades, e no espaço urbano estendido a partir delas, que as desigualdades de distribuição de bens e serviços caminham com a distribuição dos domicílios e da terra, estabelecendo níveis diferenciados de acesso às oportunidades. As cidades e todas as formas de assentamentos humanos nela contidas, formais e informais, constituem o suporte espacial sobre o qual indivíduos e famílias desenham seus territórios da vivência cotidiana. Então, se configura um descompasso entre a perspectiva de território utilizada para se construir a política e o que acontece nas vidas dos moradores desses territórios considerados, informais e nômades.

É neste contexto que nos permitimos estabelecer um conjunto de *métodos, técnicas, observações e medidas* como uma *expressão socioespacial* de parte destes *territórios*. E assim, construir representações da *proteção social* associadas a grupos de famílias como uma das possibilidades de constituição de um *regime de visibilidade* para algumas dimensões destes *territórios nômades*,

que podem ser recuperadas se tratarmos os dados integrados de vários sistemas de informação sobre domicílios e seus territórios.

Entre os polígonos dos mapas, os pixels das imagens e os diversos registros de notificação escondem-se os *territórios da proteção* e os da *desproteção*. A cartografia com o uso do ITPS permite reintegrar o *território*, o lugar das pessoas, como elemento da análise quantitativa. Os lugares da cidade de São Paulo, assim representados, possibilitam um outro olhar sobre algumas das dimensões dos seus territórios reais, os territórios de vida e os territórios vividos (KOGA, 2004), escondidas sob os números e as linhas dos mapas. Desta forma, este trabalho, que é parte de uma sequência histórica de trabalhos de um grupo multi-institucional e multi-disciplinar (SPOSATI et al, 2017) têm por unidade conceitual a reintrodução do território, da dimensão espacial na construção e análise da proteção social das famílias nas cidades. É a combinação destes registros, relativos aos domicílios e indivíduos, com as informações do lugar dos domicílios e sua relação com os lugares dos serviços e equipamentos, que permite a experimentação com uma nova cartografia para a *proteção social*, que busca, além da simples representação da localização, um *regime de visibilidade* para as relações entre o lugar das famílias e as famílias no lugar em diálogo com todos os outros lugares contidos nos *territórios* da cidade.

REFERÊNCIAS

CEM/SAS. **Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo**. 2004. Disponível em <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Mapa_da_Vulnerabilidade_social_da_pop_da_cidade_de_Sao_Paulo_2004.pdf>.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. 2013. Disponível em <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSATI, Aldaíza; MONTEIRO, Miguel (Orgs.). **Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2017.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000**: Dinâmica Social dos Anos 90. São Paulo: NEPSAS - PUC/SP, INPE/Programa de Pesquisas em Geoprocessamento, POLIS, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ Ed., 1996.

TELLES, Vera da Silva (Coord.). **A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista**. Projeto Temático FAPESP, Processo 13/26116-5. Vigência: 01 de agosto de 2014-31 de julho de 2018.